

Um passado para o futuro de Chapecó

preservação e desenvolvimento

Flávio Carsalade

Ao propor os eventos comemorativos dos cem anos de Chapecó desenvolvidos na Unochapecó, seus organizadores os chamaram de “Memórias para o futuro”, instigando os palestrantes a refletir sobre três eixos: identidade, infraestrutura e qualidade de vida. Para quem, como nós, lida com a arquitetura e urbanismo – cujo ofício é planejar o futuro – e com a preservação do patrimônio cultural, a qual para o senso comum se volta para o passado, o título instiga muito, ainda mais se a ele se somam as questões de identidade e educação,

esta última na nossa lida diária na qualidade de professores que somos.

Seguindo ainda a estrutura proposta pela organização, dividiremos nossa contribuição em três partes: na primeira refletimos sobre os conceitos em jogo na nossa especialidade; na segunda, discutimos estes conceitos em sua dimensão pedagógica; a terceira parte gera questões para instigar o futuro de Chapecó e apresenta algumas contribuições de situações próximas que lhe possam ser úteis.

Núcleo

Alguns conceitos me parecem apropriados para o exame da questão que se insinua sob o título de “Memórias para o futuro”. O primeiro, obviamente, é uma reflexão sobre a temporalidade, notadamente aquela que se volta para o patrimônio cultural. O segundo, o de identidade, une o sujeito ao objeto de preservação e garante uma possível sustentabilidade cultural e, finalmente, o terceiro, como ambos se aplicam às cidades e sua preservação.

Conforme exposto no início deste artigo, quando se fala sobre patrimônio cultural, a primeira coisa que parece vir à mente é um conjunto de objetos presos ao passado e que, por serem reveladores de eras que não voltam mais, são constantemente ameaçados pelo tempo presente, como se este fosse um vândalo sempre prestes a conspurcar a frágil memória agregada a esses objetos. Para verificarmos se esta ideia do senso comum é mesmo válida, a reflexão deve começar pelo exame da temporalidade, a qual preocupou várias correntes de pensamento, trazendo abordagens diversas e das quais elegemos a matriz fenomenológica heideggeriana e gadameriana para nos alinharmos. Segundo esta matriz, não há uma temporalidade tripartida, em três momentos estanques, mas uma única e possível forma de fruí-la, a qual se dá a partir de nossa existencialidade, como seres que vivem um momento presente, o qual é resultado de um passado e com ele dialoga ao mesmo tempo em que se vive o momento e que constantemente intui um porvir. Para Heidegger, a temporalidade é “este fenômeno unificador do porvir que atualiza o vigor de ter sido” (Heidegger, 2004, v. II, p. 121). O conceito assim formulado nos diz sobre o

vigor com que o passado influi no presente e afirma que é este o único momento possível de acessá-lo e que, ao fim e ao cabo, é esta consciência presente que incorpora o passado e que nos prepara e nos torna atentos constantemente ao porvir. Não há espaço no conceito para a inseparabilidade temporal e, portanto, não há como acessar o tempo passado independentemente de nossa condição presente: não há passado intocado. Lina Bo Bardi, no seu trabalho com o patrimônio edificado, sempre nos falava de seu conceito de “presente histórico”, muito similar à abordagem heideggeriana. Esta abordagem é também a base da hermenêutica de Hans Georg Gadamer, a qual nos mostra que o acesso que temos ao passado é mediado pela nossa condição presente, por nossa cultura e valores, por nossa visão temporal do mundo. Talvez nem precisássemos recorrer aos filósofos para tal percepção, pois é evidente como o passado é editado e manipulado pelas forças predominantes do presente que o utilizam, quer para justificar seus atos políticos, quer para dele extrair benefícios econômicos como ocorre na espetacularização de centros históricos, prática comum em todo o planeta.

Tal noção da temporalidade nos leva, por corolário, a outra que Alois Riegl, em sua obra de 1903, já identificava: a questão patrimonial é uma questão de valores e estes valores são resultado das sociedades que a cada tempo apresentam com relação aos objetos ditos patrimoniáveis. É por isto que hoje compreendemos que não são os objetos, edifícios, cidades ou utensílios que se constituem por si só em patrimônio cultural, mas que a patrimonialidade é

realizada pelo sujeito, o qual é diverso, múltiplo e influenciado por valores de diferentes ordens. Não há, portanto, um patrimônio material desvinculado de conteúdos imateriais e, quando classificamos bens materiais e imateriais, não podemos confundir a taxionomia com a realidade, o método com a existência, ou seja, não é porque separamos analítica e didaticamente os bens materiais e imateriais que eles se apresentem assim na vida cotidiana. Alguns autores se referem aos bens patrimoniais como *semióforos*, ou seja, como referências que incorporam significados e que os sinalizam para as sociedades. Tal dimensão imaterial é fruto de uma intersubjetividade construída, através da cultura, pela tradição, pelos embates sociais, pela vida comunitária e pela dinâmica de valores em jogo, na sucessão dos tempos.

E se assim o é, os bens patrimoniais sendo reflexos da própria sociedade, que, em seu conjunto, esses bens e estes valores conformam uma identidade comunitária. Ao falarmos de identidade, cabe também uma outra reflexão, pois o conceito de identidade é polissêmico e amplo demais. Interessa-nos aqui aquela noção de identidade que relaciona o indivíduo ao pertencimento de um grupo e, ainda mais especificamente, aquela que necessita da eleição de algo em comum que dê coesão ao grupo, independentemente da questão da diferenciação individual.

Este algo comum que favorece a coesão pode ser a cultura do grupo em suas diversas escalas, desde a comunitária até a nacional, e que se materializa, entre outras formas de expressão, em bens materiais eleitos como patrimônio coletivo e que passam a constituir simbolicamente o seu espaço vivencial, ao qual o sujeito atribui processos afetivos, cognitivos e interativos de acordo com sua apropriação do espaço (Moreno; Pol, 1999).

Esta discussão nos interessa especialmente no caso de Chapecó, com apenas cem anos de idade, condição que levaria muitos autores do campo patrimonial mais ortodoxos a dizer que não há ainda distância crítica temporal para que se reconheçam, na cidade, bens que mereçam tal *status*, quicá aqueles ligados ao momento fundante da cidade. Mas, se apropriarmos os conceitos discutidos até aqui, podemos perceber que não é bem assim, pois não há um passado desvinculado do presente e nem uma vida descolada do espaço onde se desenvolve e sem aspectos de significação que unem cidadãos e espaço urbano, aqui considerado nas suas múltiplas manifestações quer sejam evidentemente materiais, prédios e aspectos morfológicos, quer sejam evidentemente imateriais como lugares e apropriações particulares. Voltaremos ao problema na última parte deste artigo.

Reflexão pedagógica

Paulo Freire entendia a educação como uma prática da liberdade, nunca como uma mera transmissão de conhecimentos, a qual ele alcunhava

de “bancária” como se a pessoa fosse uma urna onde se depositassem ensinamentos congelados pelos que os criaram. Para o autor, a educação

era um processo de contato do estudante com o imenso acervo do conhecimento humano, o qual deveria ser manipulado e trabalhado de uma maneira crítica: educação é um processo formativo, e não apenas informativo.

A reflexão pedagógica inspirada em Paulo Freire que se aplica à questão patrimonial e identitária exposta na parte inicial deste artigo nos leva a uma suspeita sobre processos didáticos que sobreponham métodos classificatórios e taxionômicos àqueles de natureza investigadora e crítica, especialmente em um momento tão especial de formação de identidades em uma cidade centenária, algo preservada da velocidade das transformações sociais e físicas ocorridas nas grandes metrópoles brasileiras, pressionadas por mudanças descaracterizantes nos mesmos cem anos.

Dadas estas premissas pedagógicas, podemos refletir um pouco sobre as relações entre educação arquitetônica e patrimônio cultural no âmbito universitário. A primeira questão que se coloca é de que não há como projetarmos o futuro sem uma consciência do passado (o vigor de ter sido que incorpora determinadas energias ao presente) e o que estamos preparando para o futuro (o porvir). Inicialmente, portanto, trata-se de sempre termos a consciência de que projetar ou planejar se trata sempre de intervir em realidades pré-existentes, condicionadas por uma cultura presente, tornando imperativo o respeito ao contexto físico e social onde o problema arquitetural se insere e as considerações quanto a modos de intervir nessa realidade são fundamentais em um caso ou outro. O projeto arquitetônico, superadas as dicotomias se a arquitetura seria ciência ou arte, é, na realidade, uma resposta a um problema físico-espacial que a sociedade demanda. Nesta concepção, um proje-

to de arquitetura ou um plano urbanístico seriam a síntese, no espaço, das soluções aos problemas trazidos pelas necessidades das instituições dentro *da vida*, isto é, profundamente ligadas aos limites da realidade às oportunidades, ameaças, potencialidades e outros fatores que são, ao mesmo tempo, estimuladores da criatividade e coercitivos de soluções. Se tal consciência é importante para projetos e planos em quaisquer circunstâncias, o que se dirá naqueles projetos em conjuntos notáveis protegidos, sejam eles espaços urbanos ou edifícios, onde um entendimento da ordem e linguagem arquitetônicas pré-existentes torna-se fundamental. O caso específico de Chapecó, onde a questão patrimonial parece ainda estar em fase de constituição, torna a questão mais delicada ainda, pois há que se somar ainda uma sensibilidade ao espaço urbano como formador de identidades e a potência do lugar como possível referência intersubjetiva, não apenas na fase propositiva, mas também na fase constitutiva, ou seja, na prévia reflexão do que viria a constituir o acervo patrimonial chapecoense.

É este o momento em que surgem as perguntas sobre como fazermos essa intervenção e quais são os seus limites para que o bem não perca seu potencial de ligação com o passado e com a cultura, notadamente em uma realidade onde esses limites ainda não foram devidamente debatidos com a sociedade. Estamos nos aproximando, portanto, de uma questão sobretudo ética porque se a preservação do patrimônio está fundada no respeito à pré-existência ela também diz respeito ao futuro, ou seja, versa sobre a nossa capacidade de ser hoje, mas também na de possibilitar as várias existências vindouras.

Insinuação

Cem anos é uma tenra idade para uma cidade, se poderia dizer. Cem anos contados nos séculos XX e XXI, tempos de rápidas mudanças, não dá para acumular um passado digno de registros, quicá aqueles dos momentos fundantes, como já provocamos anteriormente. Somos uma cidade sem estilos arquitetônicos marcantes, nenhum exemplar modernista exuberante digno de nota, uma origem rural, modesta, um ciclo de exploração madeireira que parece não ter deixado registros importantes, um presente industrial – poderiam dizer alguns moradores locais ou, como diziam os moradores da cidade de Minas Gerais que não apresentavam herança do período barroco: nós não temos patrimônio histórico. Em ambos os casos, o engano está na falta de consciência de que todos temos história e todos temos referências pessoais. Precisamos disto para nos organizarmos em sociedade e nos orientarmos temporal e espacialmente. Esta atitude sempre me lembra o livro de Ítalo Calvino, *O cavaleiro inexistente*, do qual extraímos esta passagem, quando o tal cavaleiro responde ao rei Carlos Magno, quando inquirido antes do início de uma batalha:

“- E porque não levanta a celada e mostra o rosto?

O cavaleiro não fez nenhum gesto; sua direita enluvada com uma manopla férrea e bem encaixada cerrou-se mais ainda ao arção da sela, enquanto o outro braço que regia o escudo, pareceu ser sacudido por um arrepio.

- Falo com o senhor, ei paladino! – insistiu Carlos Magno. – Como é que não mostra o rosto para o seu rei?

A voz saiu límpida da barbela.

- Porque não existo, sire.

- Faltava esta, exclamou o imperador – agora temos na tropa um cavaleiro que não existe! Deixe-nos ver melhor.

Agilulfo pareceu hesitar um momento, depois com mão firme e lenta ergueu a viseira. Vazio o elmo. Na armadura branca com penacho iridescente não havia ninguém.

- Ora, ora! Cada uma que se vê! – disse Carlos Magno. – E como é que está servindo se não existe?

- Com força de vontade – respondeu Agilulfo – e fé em nossa santa causa!

- Certo, muito certo, bem explicado, é assim que se cumpre o próprio dever. Bom, para alguém que não existe está em excelente forma!”

Claro que o papel de Agilulfo no decorrer da história é fundamental. Se é que para alguns não há patrimônio cultural em Chapecó, poderíamos contrapor que, ao contrário, ele existe e está em excelente forma! Na verdade, ele está latente nas referências históricas e espaciais de seus moradores, muitas vezes à espera de ser revelado, de ter seu elmo elevado para que diga o que tem a dizer. É uma questão de vontade e fé: vontade de buscar o oculto e de fazer falar o sensível, o experienciável; fé no que existe além das aparências ou naquilo que as aparências têm a declarar.

A fábula de Calvino também nos oferece outro ângulo de reflexão: dentro das formas concretas e perceptíveis, a armadura, existe uma força latente que necessariamente não possui um corpo físico, ou seja, há que se compreender conteúdo imaterial das formas significativas, dentro da inseparabilidade entre o tangível e o intangível, obra a que nos referíamos no início deste texto.

Talvez como uma modesta contribuição de um cidadão de uma cidade também centenária – Belo Horizonte completou 120 anos em 2017 – e infelizmente muito desfigurada por sempre ter achado que cidade jovem não possuía patrimônio, possamos oferecer a metodologia que utilizamos para construir nossa política local de patrimônio.

Em Belo Horizonte, antes de mais nada, procuramos superar os conceitos de “excepcionalidade” e de “monumentos notáveis” que historicamente têm se associado aos bens protegidos, substituindo-os respectivamente pelos de “representatividade” e “conjuntos urbanos”, tentando recuperar a dimensão urbana do patrimônio e a apropriação da cidade, a qual não se refere apenas aos edifícios ou aos aspectos morfológicos. Na realidade, o patrimônio material é o resultado da superposição das inúmeras gera-

ções que vivem as cidades e a apropriação desse patrimônio se faz de várias maneiras, quer do ponto de vista de uso, quer do ponto de vista simbólico, os quais também se influenciam mutuamente, favorecendo certos destinos em detrimento de outros. Para uma compreensão ampla dos aspectos envolvidos, torna-se necessária uma investigação das culturas locais em busca dos significados e a expressão simbólica dos locais que compõem as cidades. Para sua compreensão, há que se incorporarem aos dados ditos “objetivos” – os objetos e fatos urbanos – as relações da população com seu espaço físico: os ritmos e ritos das apropriações dos espaços urbanos, o imaginário a eles associados, a sua memória e evolução histórica. Mas não é apenas o caráter dinâmico que os centros apresentam que caracteriza a sua função simbólica e enseja seus destinos. Eles são responsáveis também pela personalidade própria de cada cidade, daquilo que a caracteriza e a diferencia, que gera sua identidade no imaginário intersubjetivo de quem a habita ou de quem apenas a visita ou dela ouviu dizer.

É por essas razões que o Patrimônio não tem como se desvincular das outras dimensões da vivência ou do planejamento urbano, despontando antes como elemento agregador dessas outras dimensões. Esse papel integrador reservado ao patrimônio faz com que, portanto, ele não se restrinja a “pontos turísticos” ou a uma coleção de objetos dispersos na malha urbana para se apresentar como elo que gera os lugares urbanos e que liga o cidadão à *sua* cidade. É como tal que ele impõe que as transformações se façam de maneira culturalmente sustentável, ou seja, respeitando as pré-existências tanto materiais (edifícios, morfologias urbanas, meio ambiente) quanto imateriais (“pedaços, manchas, pórticos e trajetos”, segundo terminologia do traba-

lho do professor José Guilherme Cantor Magnani, que subsidiou as Diretrizes para os Conjuntos Urbanos de Belo Horizonte) e entendendo que há estreita correspondência entre ambas. Cito aqui algumas reflexões que fiz em outro momento, quando apresentei a metodologia belorizontina de proteção de seus conjuntos tombados:

A proteção do patrimônio edificado em Belo Horizonte tem a virtude de não se ater apenas ao construído e ao isolado, ao excepcional e à curiosidade. No seu fundamento, as políticas públicas que cuidam da questão têm como unidade de abordagem a identificação de conjuntos urbanos que apresentam uma coesão de vários elementos como imagem, apropriação, identidade, história comum, dentre outros. Ainda no seu fundamento, essas políticas buscam identificar os elementos intangíveis que propiciam e são propiciados pelo construído, o “argumento” que personaliza cada um deles e que determina seu *genius loci*. Essa imagem do ambiente se assenta na força expressiva de seu conjunto, na sua capacidade de se apresentar como criadora de um *genius loci*. Para tanto, contribuem, além da expressividade geral de seu casario e de suas ruas, as imagens icônicas que o pontuam. As imagens icônicas (marcos/*landmarks*) são importantes porque a identidade também ocorre a partir de “figuras” e através da nossa relação significativa

com essas figuras que se nos aparecem como “coisas”. Essas “coisas” pontuam a nossa existência e, além disso, funcionam, para nós, como elementos de orientação. Ambas as funções trabalham sobre a relação espacial entre as figuras: se a *identidade* se dá a partir de formas corporificadas, a *orientação* apreende a ordem espacial. A *orientação*, em sua raiz existencial, portanto, não diz respeito apenas ao como se localizar, mas também como experiência de espaços significativos (Carsalade, 2010).

Não há como entender o passado de forma estática ou meramente visual, ele está em constante interação com o momento presente e a preservação do patrimônio significa fazer interagir este impulso com a vivência contemporânea e possibilitar a permanência identitária para o futuro, como elo intergeracional, fazendo com que os fatores de sua dinâmica transformadora sejam realizados de forma com que as inevitáveis mudanças se façam em bases culturalmente sustentáveis.

No momento cabe a Chapecó se compreender e se propor. Esta é tarefa urgente e inevitável. É ela que vai garantir a existência dentro da armadura. Identificar essas bases sustentáveis de forma ampla (materiais e imateriais) é a lição que o olhar do Patrimônio Cultural traz para o Planejamento Urbano em geral e para as maneiras contemporâneas de se lidar com a cidade.

Referências

CALVINO, Í. **O cavaleiro inexistente**. São Paulo: Schwarcz, 1993.

CARSALADE, F. de L. Área central: um olhar a partir do patrimônio cultural. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 79-92, 2010.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADAMER, H.-G. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. v. I. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Ser e Tempo**. v. II. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORENO, E.; POL, E. **Nociones psicosociales para la intervención y la gestión ambiental**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999. (Col·leció Monografies Socioambientales: Publicacions Universidad de Barcelona).

RIEGL, A. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.